

CONVÊNIO ACADÊMICO



CENTRO DE ESTUDOS DE CULTURA CONTEMPORÂNEA



Pesquisa “Memória da Constituinte (1987-1988)”

Depoimento

SANDRA CAVALCANTI

EQUIPE DE PESQUISA

Antônio Sérgio Rocha (DCS/Unifesp) – Coordenador-Geral/Editor

Daniel Menezes (Direito/Mackenzie) – Coordenador Adjunto

Andrei Koerner (DCP/Unicamp)

Ademar Seabra da Cruz Junior (MRE/Itamaraty)

Bernardo Ferreira (DCS/UERJ)

Cicero Araujo (DCP/USP)

Eduardo Noronha (DCS/UFSCar)

Jefferson Goulart (DCH/UNESP)

Nascida em Belém (PA) em 1925, Sandra Martins Cavalcanti de Albuquerque formou-se em Letras Clássicas pela PUC-RJ, tendo dedicado vários anos ao magistério. Começou sua carreira política em 1954, como vereadora do então Distrito Federal (Rio de Janeiro) pela União Democrática Nacional (UDN), cargo que ocupou até 1958. Em 1960, foi eleita deputada estadual pela mesma legenda, no antigo Estado da Guanabara. Deixou o cargo em 1962, quando passou a ocupar a Secretaria de Serviços Sociais da Guanabara, no Governo Carlos Lacerda. Entre 1964-1965, foi presidente do então BNH (Banco Nacional da Habitação). Com a extinção dos partidos políticos pelo Ato Institucional nº 2 (1965) e a criação do bipartidarismo, se filiou à Aliança Renovadora Nacional (ARENA), partido que apoiava o regime militar. Entre 1966 e 1974, se afastou da política e retomou a profissão de professora. Em 1974, voltou à carreira política, se elegendo deputada estadual pela ARENA (RJ). Após o mandato de quatro anos, em 1978 candidatou-se ao Senado pelo Rio de Janeiro também na legenda da ARENA, mas foi derrotada por Néelson Carneiro (MDB). Deixou a ARENA em 1979. Em 1980, tentou criar um partido de orientação democrata-cristã – o Partido Democrático Republicano (PDR) – para concorrer ao governo do Rio nas eleições de 1982. Em 1981, o PDR conseguiu um registro provisório, mas uma decisão do TSE no ano seguinte decidiu que partidos com registro provisório não poderiam disputar eleições. Como Cavalcanti já estava em campanha, filiou-se ao Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Apesar de ter largado na disputa eleitoral em 1º. lugar nas pesquisas, foi caindo posições e acabou sendo apenas a 4ª. mais votada. Em 1986, filia-se ao Partido da Frente Liberal (PFL), pelo qual se candidatou e se elegeu deputada federal constituinte (1987-1991). Disputou as prévias do PFL para as eleições diretas à Presidência da República em 1989. Apesar de não ter sido escolhida a candidata do partido, teve a oportunidade de divulgar sua campanha em favor do sistema de governo parlamentarista. Em função disso, apoiou o candidato Mário Covas (PSDB-SP), que também era defensor do parlamentarismo, e, no 2º. turno, apoiou o candidato vencedor Fernando Collor de Melo, do Partido da Reconstrução Nacional (PRN). Em 1991, se reelegeu deputada federal. Em 1993, por discordâncias com a direção nacional do PFL, deixa o partido e filia-se ao Partido Progressista Reformador (PPR). Após o término do seu mandato de deputada federal, não disputou mais nenhuma eleição, encerrando assim sua carreira política. É autora de três livros: Rio, viver ou morrer (1978), Política nossa de cada dia (1982) e Os arquivos de Deus (1996). Faleceu em 2022.

Em defesa do parlamentarismo e da educação brasileira

Antes de ser deputada federal na Assembleia Nacional Constituinte de 1987-88, eu já tinha sido constituinte no Estado da Guanabara, em 1960. E também tinha participado da Constituinte estadual do Rio de Janeiro.¹

Naquela ocasião, quando fizemos a Constituição do Estado da Guanabara, eu senti que precisa me qualificar um pouco mais na matéria tributária, e Aliomar Baleeiro² me deu um curso particular de dois meses. Baleeiro dizia assim, com aquele jeitão dele: “Toda lei só tem um inimigo: o adjetivo”. Mais de vinte anos depois, já em Brasília, eu iria me lembrar muito desse conselho dele. Mas, até chegar lá, enfrentei muitas outras campanhas e eleições.

A CAMPANHA PARA A CONSTITUINTE

A campanha de 1986 aqui no Rio de Janeiro foi boa, porque era uma campanha limpa, de casa em casa, com um apoio muito grande. Fui votada no Estado todo; não houve um único município onde eu não tivesse colhido algum voto. Em termos políticos, nunca me apresentei como candidata da Igreja Católica, embora a vida inteira eu tenha sido militante católica na universidade, na JEC³ e na JUC.⁴ Quando começou a aparecer uma ala dentro da Igreja Católica com aquelas ideias heterodoxas, naquela confusão toda de Teologia da Libertação,⁵ fiquei do outro lado, brigando dentro da Igreja.

A plataforma da minha campanha para a Assembleia Nacional Constituinte (ANC) não foi a educação, foi o parlamentarismo. Eleita, na Constituinte fiz parte da Subcomissão de Educação e da Subcomissão de Energia. Pertencia também à Comissão de Sistematização, na qual eu era uma das relatoras. Mas entrei em cena em todos os assuntos relativos à educação. Entrei porque achava que a maior perda que o período militar causou ao Brasil foi a intromissão de Jarbas Passarinho⁶ como Ministro da Educação, mudando a Lei de Diretrizes e

Bases da maneira mais desastrosa possível. Depois, houve ainda a colaboração danosa de vários outros: a leniência do período do Sarney e do período Itamar, com as diabruras mentais do Darcy Ribeiro⁷ em matéria de educação.

A DISPUTA NO REGIMENTO INTERNO DA ANC

O primeiro choque que houve na Constituinte não foi com o *Centrão*, foi com a definição de Regimento Interno. Logo no início dos trabalhos, vieram diversas propostas de Regimento. O encarregado de relatá-las tinha sido Fernando Henrique Cardoso, e o trabalho dele era um horror. Virgílio Távora⁸ me chamou e disse: “Sandrinha você já leu esse Regimento Interno? Você também achou um horror?”. “Achei”, disse. “Então vou inscrever você para fazer a análise da peça”. Foi minha primeira fala na Constituinte. Fernando vai ficar uma fera, vaidoso do jeito que ele é. Peguei o telefone e falei para ele: “Olha, eu fui escalada para fazer uma análise aí do seu Regimento, que está muito ruim”. Ele me disse: “Você fala o que quiser. Se você tiver razão, depois a gente até revê”. Fiz um discurso bem suave, para não criar caso, porque Fernando era uma pessoa que eu queria bem, e ele me disse: “Até porque, Sandra, eu estava completamente sem tempo”. Em determinados pontos do texto, corrigi até o português. Era um regimento tirânico, em que haveria deputados constituintes de primeira e deputados constituintes de segunda categoria. Foquei por esse lado: que o Regimento estava desrespeitando o princípio da maioria. E foi palma para todo lado... Com isso, a proposta de Regimento Interno teve de ser completamente refeita.

NA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

Na época da votação da Constituinte, tive a audácia de dizer, no Plenário do Congresso Nacional, que o capítulo mais difícil de votar foi o capítulo da educação; não foi à toa que não teve nenhum relatório aprovado. Tinha Álvaro Valle⁹ de um lado e, do outro, Arthur da Távola.¹⁰ Um belo dia, aparece na

Comissão um deputado com um Substitutivo, informando que ele tinha estado numa grande reunião na CNBB¹¹ e que aquela emenda representava o pensamento da CNBB sobre a questão do ensino religioso nas escolas públicas. Pedi: “Posso ler?”, e vi que a CNBB, pura e simplesmente, estava endossando a famosa posição de que tinha de dar noções de moral nisso e naquilo — mas que não podia ficar falando de religião na escola. Meu ponto de vista não era como católica, era para defender o direito da família. Quem tem o direito de dizer como os filhos devem ser educados são os pais. O Estado tem de oferecer todas as condições de ensino e até chamar os pais para fazer parte do processo, para serem pais integrados na escola. Isso não ocorre por conta de uma primeira intromissão: “O Brasil é um país leigo, e o Estado, sendo leigo...”. Começa que o Estado é uma figura da razão, então não é leigo; leigas são as pessoas. O Estado tem de ser republicano, justo. Pedi a palavra e fui para a tribuna: “Gostaria de explicar o seguinte. Eu aqui nunca dei palpite sobre esse negócio de religião, porque acho que Plenário não é para isso. Nós estamos aqui discutindo os direitos dos cidadãos. A lei no Brasil, a mais antiga, que ainda está em vigor, diz que, no horário de aula, deve haver pelo menos um espaço em aberto disponível para que, naquele horário, se aparecer alguém para ministrar uma aula de religião e aquela for a religião do aluno, a pessoa possa assistir. Mas são o pai e a mãe que tem o direito de determinar isso, e não a Igreja. A Igreja tem a obrigação de formar excelentes professores de catecismo, depois excelentes professores de religião na universidade, para que possa dizer: “Sou uma universidade católica”. E esse deputado replicou: “Mas esta é a palavra da CNBB!”. Respondi: “Você vai me desculpar, mas a CNBB é uma organização civil; ela não faz parte da hierarquia da Igreja. Talvez você não saiba, mas a hierarquia da Igreja é o Papa, o bispo, o vigário e nós, os fiéis. A CNBB é uma organização em que os bispos se juntam, conversam entre eles, discutem e veem se melhoram as atividades que desempenham”.

A mais difícil de todas as Comissões foi a Comissão da Educação. Desde a história das Leis de Diretrizes e Bases, quando houve aquela interpretação errada de que era uma lei para acabar com escola pública e só facilitar para os comerciantes do ensino, aconteceu uma espécie de separação. Foi a primeira vez que houve um muro de discussão intelectual. Sei disso porque tomei parte grande do trabalho; o nosso grupo era de gente muito competente e que não tinha nada a ver com escola particular, nem com escola pública. Nós estávamos fazendo um projeto para que a educação brasileira não ficasse engessada, do ponto de vista de não se ter a liberdade de fazer experiências para inovar.

Devo dizer que, tanto na Subcomissão de Educação como em Plenário, tive uma relação muito boa com Florestan Fernandes.¹² Ele tinha uma cabeça melhor para entender certas coisas. Às vezes, o pau estava comendo no Plenário e eu ficava sentada, na maior pose, ao lado do Florestan — e ninguém sabia o que a gente estava conversando. Mas bati de frente com Plínio de Arruda Sampaio,¹³ quando a gente estava discutindo, na Subcomissão, o assunto dos índios. O texto dele era final, porque Plínio era o relator da matéria. Eu disse a ele: “Tenho a impressão de que o trabalho está muito bem feito, mas a língua portuguesa é uma língua muito rica e muito precisa, e, no nosso português, nação é uma coisa, povo é outra e tribo, ainda uma outra. Se começo a achar que nação é a mesma coisa que povo, então nós vamos ter que sair da ONU, porque nós somos povos brasileiros. E, no sentido contrário, se eu começo a chamar as tribos de nações, são elas que vão sentar a ONU. Foi o que aconteceu com a África”. Ah, ele ficou tão bravo... E completei: “Peço que seja suprimida a expressão desse capítulo inteiro. Não entra a palavra nação: ou entra a expressão ‘povos indígenas’, ou entra tribos”. E foi o que ficou.

NA COMISSÃO DE SISTEMATIZAÇÃO

Na Constituinte, quem alocava os parlamentares nas comissões eram os partidos. O PFL perguntou se eu aceitaria ir para a Comissão de Sistematização (CS) e eu topei. Afonso Arinos¹⁴ era o presidente da CS e gostava muito de trabalhar comigo, porque eu fazia as coisas direitinho com ele. Estar na Comissão de Sistematização me dava a vantagem de que, quando chegava material vindo de uma das Comissões Temáticas, eu podia ver quem era do nosso grupo que estava lá e pedir: “Olha, vê se você trabalha um pouco melhor essa parte”. Foi um trabalho bem mais amplo.

LOBBIES E LOBISTAS

Os corredores da Constituinte ficavam cheios de lobistas. Dependendo do assunto, tinha até corredor polonês. O *lobby* da PM era uma coisa louca; só faltava bater na gente no dia da votação. Uns faziam *lobby* para interesses corporativos, outros faziam *lobby* por interesses ideológicos. E havia aqueles que faziam *lobby* para ficar no poder.

Uma das minhas maiores brigas na ANC foi também uma das minhas maiores contribuições à Constituição. Foi uma daquelas de quem conhecia o Regimento Interno. Eu sabia que Mário Covas¹⁵ era uma espécie de protetor das docas, de modo que a gente não podia tentar mexer nesse negócio. Mas eu resolvi mexer: apresentei uma emenda na Subcomissão de Transporte dizendo que os terminais privativos poderiam operar cargas através de terceiros — por conta disso é que depois veio a Lei dos Portos. O sindicato deles aqui no Rio de Janeiro era muito ativo; quando eu chegava na segunda-feira para pegar o avião, eles já estavam lá também. Alugaram apartamento e compraram casa em Brasília só para ficar vigiando aquela emenda. Mas a emenda que eu queria passou, permitindo que vários terminais privativos operassem cargas de terceiros. Isso desobstruía os

portos, coisa que o pessoal de docas não deixava, já que as docas são área de influência de Valdemar Costa Neto¹⁶ e outros políticos desse tipo.

Foi por causa dos *lobbies* que a Constituição de 1988 ficou cheia de adjetivos. À medida que as coisas iam acontecendo na ANC e eu ia vendo que tinha um adjetivo que estava atrapalhando, eu já botava aquele marcador de texto colorido. Coloquei em colorido verde todos os artigos de um dado parágrafo, porque era tudo “na forma da lei”, “segundo a lei”, “de acordo com a lei”. Eram duzentos e não sei quantos artigos, meu filho. E não creio que isso tenha sido uma forma de a Constituinte enfrentar os famosos ‘buracos negros’.¹⁷ Acho que foi principalmente uma forma de não resolver algumas questões, para que elas pudessem ficar pendentes e depois possibilitar a conversar com os lobistas. O capítulo da segurança pública, por exemplo, não tinha que estar na Constituição, estipulando regulação para a PM, para a Guarda Civil e para a Guarda Rodoviária. Propus a eliminação completa do capítulo e quase me bateram.

PRESIDENTE JOSÉ SARNEY

Sarney só pensava no mandato dele. Acredito que, por trás da obsessão dele com o mandato, havia a pressão dos militares. Sarney começou traindo a gente lá atrás, quando ele chegou no Rio de Janeiro eleito deputado federal, em 1955. Ele se apresentava como sendo da ‘banda de música’ da UDN, mas, na primeira oportunidade, se bandeou para o grupo do Juracy Magalhães, a ala ‘chapa branca’. Foi aí que apareceu essa expressão. Nós penamos. Sarney foi embora para o PDS e depois voltou para o PMBD.

Lembro bem do dia da votação do sistema de governo, em 30 de agosto de 1988. Guardei a data porque era o dia do meu aniversário: minha família estava toda em minha casa e eu lá no Congresso, ralando na votação na Constituinte. Nós, parlamentaristas, tínhamos chance de ganhar. Mas, no outro lado, havia Sarney e a filha dele. Entre o dia 27 e o dia 29 de agosto, eles chamaram para

conversar todos os vinte e sete deputados da bancada evangélica e mais os deputados ligados à docas. Nós acabamos perdendo por menos de 40 votos. Eram votos que as lideranças deles já tinham fechado com a gente. Mas o governo distribuiu 90 estações de rádio na calada da noite, por decreto. A única punida foi a Igreja Católica, e por minha causa. Há tempos, ela pretendia ter a Rádio Catedral, e não conseguiu. Os evangélicos ganharam rádios — principalmente essa Igreja Universal, a Record e mais o pessoal da Assembleia de Deus, Testemunha de Jeová, esse Sibá Machado,¹⁸ Marcelo Crivella¹⁹... A aprovação do presidencialismo foi nessa base.

CENTRÃO ?

Eu nunca fui do *Centrão*. E não gostava de algumas teses deles, que eram muito fechadas. Embora o *Centrão* aparecesse como uma força conservadora, de direita, eles na realidade eram uma força econômica que adorava ficar pendurada no Estado, mamando nas tetas e lucrando em cima do Estado. E eu achava que, quanto menos o Estado estiver na vida da gente, melhor. Por isso que Richa também não entrou no *Centrão*: a fina flor da Constituinte não entrou. Só entrou aquele pessoal fisiológico, como Arnaldo Faria de Sá.²⁰ Curioso que ele votou contra os cinco anos para Sarney, e parece que tinha algumas convicções parlamentaristas. Mas nunca foi atuante do nosso lado; se ele votou pelos quatro anos de mandato presidencial, foi porque alguma coisa que pediu não foi atendida. Aquele lema deles do “É dando é que se recebe” era pura verdade.

O *Grupo dos 32* apareceu na arrancada final, quando já havia um texto para ser votado e se podia apresentar emendas: éramos eu, Richa,²¹ Serra,²² Fernando Henrique — de certa maneira, o embrião do grupo que depois formaria o PSBD. O *Grupo dos 32* fez uma análise do trabalho geral a que tinha chegado a Comissão de Sistematização. Fizemos então um Substitutivo, usando muitas das

coisas que seriam aprovadas pelo chamado “Grupo Progressista”, mas que de progressista não tinha grande coisa. Nosso grupo apresentou uma emenda integral.

FIGURAS DA CONSTITUINTE

Afonso Arinos já estava com idade avançada e também doente; tinha um começo de pneumonia, pulmão fraco. Mas ele não teve apoio das lideranças partidárias. O grande apoio a ele veio do Virgílio Távora, que intervinha e falava: “Deixa o Afonso pensar e dizer o que é para fazer, que eu vou e faço”. Ele tinha experiência no Executivo e era muito operoso. Virgílio era também um emérito costurador de entendimentos. Muito jeitoso, foi uma das figuras principais da Constituinte.

Bernardo Cabral é um dos homens mais pacientes que eu conheço e aceitava tudo no seu texto. Por isso, a Constituição só não ficou pior porque algumas pessoas conseguiram evitar que ela se transformasse num monstrego. Roberto Campos,²³ por exemplo; as raivas, as fúrias que ele tinha. Tinha dias que Roberto chegava e falava: “Nem dormi essa noite, de tanta raiva. Você viu as besteiras que fizeram?”.

Afif²⁴ fez um trabalho muito bom: participou de toda aquela parte relativa aos tributos, com a visão de que o povo precisa saber aquilo que a gente está pagando. A nossa bandeira é essa.

Com o Serra, a gente nunca se encaixou muito. Mas foi por causa do temperamento dele, porque Serra tem uma dificuldade enorme de acordar cedo: ele fica acordado até 4-5 horas da manhã e depois dorme até o meio-dia. Ficava difícil acertar os horários de trabalho com a presença dele. Serra só vinha quando o negócio encrascava mesmo, mas, assim mesmo, chegava com aquelas olheiras. E Serra é muito centralizador, não forma time.

A convivência com o pessoal que vai depois fazer o PSDB não foi fácil e não foi boa. Primeiro, porque São Paulo, de fato, não mandou ninguém à altura de um Afonso Arinos. Covas era bom administrador, mas, para ser um constituinte, precisava ser uma pessoa com conhecimento da parte constitucional – como, por exemplo, Bernardo Cabral, Marco Maciel²⁵ e Roberto Magalhães,²⁶ que eram professores de direito e, portanto, já levavam grande vantagem nisso. Marco Maciel me ajudou muito. Ele tinha muita experiência, era uma pessoa séria. Presidencialista roxo, brigava com ele todo santo dia, mas a gente vê quando a pessoa é daquele jeito por convicção.

Covas era do mesmo time do Richa; tinham sido ótimos administradores, mas da parte mais aprofundada da Constituinte eles conheciam pouco, e tinham aquela dificuldade de relacionamento que é bem a característica de alguns políticos paulistas.

A CASA EM BRASÍLIA, BASTIDOR DA CONSTITUINTE

Em Brasília, decidi não morar naqueles apartamentos horrorosos. Quando eu cheguei, vi que ia ter que morar tendo deputado em cima, deputado ao lado, deputado embaixo, filho de deputado, neto de deputado, empregado de deputado etc. Como eu tinha umas economias do meu trabalho, comprei uma casa no setor sul. Naquela época da Constituinte, às vezes tínhamos que ficar o fim de semana inteiro em Brasília. Eu tinha uma empregada maravilhosa, a Maria. Eu dizia a ela: “Maria, vou ter que ficar aqui neste fim de semana, então eu vou chamar os meus amigos para almoçar. Faça uma comidinha, que ninguém vai passar mal”. Richa, por exemplo, era um bom garfo, gostava de comer bem. E, muitas vezes, eles iam lá em casa no sábado e voltavam só no domingo. E quanta coisa a gente pôde conversar assim, acertar tudo nesses encontros... Minha casa deve ter sido um dos bastidores da Constituinte.

Era assim que muitas vezes a coisa funcionava: sem as grandes articulações das lideranças. Era tudo muito cruzado; lá em casa tinha uma excelente funcionária, que era muito amiga de uma grande cantora, casada com um oficial do Exército, da família Sterling, chamada Helena Brizolin. Além da beleza de voz que tinha, tocava um piano estupendo. Quando eu via que o clima estava muito pesado e queria baixar ali o nervoso de algumas pessoas, combinava com o pessoal, que tinham um sitiozinho, pra a gente ir para lá.

A BANCADA FEMININA NA CONSTITUINTE

Havia 26 deputadas na Constituinte. Pelo menos oito delas eram pessoas com luz própria; as demais eram primeiras-damas, cujos maridos tinham sido eleitos governadores ou senadores e elas tinham disputado eleição para deputada federal para poderem vir com eles para Brasília. Era o time das “maridas”, como eu as chamava. E dizia a elas: “Você não podem fazer feio. Eu sei que vocês não foram preparadas para isso, mas não tem problema, a gente ajeita tudo. Toda vez que vocês tiverem uma dúvida, a gente se reúne e conversa”. Eu as levei para minha casa várias vezes, para fazer reunião. Quando ficou doente, Cristina Tavares,²⁷ que em matéria de ideologia era lá do outro lado da baía, a primeira pessoa para quem ela contou foi para mim. Mas ela tinha luz própria, era muito boa parlamentar, assim como aquela outra do PSDB, Lucia Vânia.²⁸ Benedita da Silva,²⁹ não; ela não tinha a menor condição de ter ido para lá. Mesmo aquela menina que era do Ceará, Moema Santiago³⁰ — uma pessoa culta, preparada —, morria de medo quando chegou a Brasília. Mas depois deslanchou. E foi aí é que a minha casa funcionou muito bem. Porque eu levava para casa, a gente conversava, sábado e domingo lá ficava lá, nós ficávamos sozinhas — às vezes, até banho tomávamos na piscina da casa.

TODOS OS HOMENS DO PFL

Tenho boa relação com Yves Gandra,³¹ mas isso é posterior, porque na Constituinte ele foi poucas vezes, embora tenha feito muitos trabalhos bons para a gente lá. Manoel Gonçalves³² ajudou pouco. O professor Miguel Reale³³ era uma maravilha. A gente não tinha coragem de pedir a ele para ir a Brasília, mas várias vezes, ao invés de ir para o Rio, eu ia para a casa do Roberto Campos e telefonava para o Reale: “Professor, posso passar aí? Porque está um absurdo de encrenca aqui em Brasília”. E ficava com ele até tarde. A gente acabava jantando, eu mesma ia para a cozinha fazer um jantarzinho para ele — uma cabeça estupenda, uma das melhores que me lembro de ter visto funcionar.

Outro que também nos ajudou foi Pontes de Miranda.³⁴ Pontes sabia de cabeça todas as Constituições brasileiras. Morava em Ipanema, na Rua Prudente de Moraes, e vinha a ser primo do meu pai. Ele deu muitas orientações para a atuação do nosso grupo na ANC.

ARTIGO 5º: A DEFESA CONTRA DITADURAS

A gente tem que reconhecer que o artigo quinto da Constituição foi uma resposta necessária a toda uma geração política que viveu debaixo de duas terríveis ditaduras: a do Getúlio, para aqueles que eram mais velhos, e ditadura dos militares, que, comparada com a deles, foi até mais suave...

A turma que pegou o Getúlio sabia bem o que significava ditadura. Eu me lembrava dessa época por causa de meu pai, que era advogado e que várias vezes, quando saía de carro, dizia para a minha mãe que estava levando escova de dente e a pasta: “Eu vou ter que enfrentar o Filinto Müller³⁵ hoje, que está fazendo uma das dele”. Ele ia lá para soltar os canalhas. Essa história, eu vim a conhecer antes de ler sobre elas: vi em minha própria casa. Meu pai tinha horror a Getúlio. Ninguém o suportava, e, aquela cidade ultracivilizada onde

morávamos, de repente teve que receber como interventor um tenente que era praticamente um analfabeto.

Havia também o pessoal que tinha penado no período militar – aqueles que tinham sido cassados, aqueles que perderam o emprego. Eu mesma, que nunca entrei para pedir indenização, criei o primeiro jornal nacional que houve no Brasil, na TV Tupi. Fui para os Estados Unidos, aprendi como se fazia e voltei. Durante os anos de 1966 e 1967, meu jornal nacional ia ao ar toda noite — até eu começar a ser perseguida, antes mesmo do AI-5. A TV Tupi recebeu ordens para me tirar de lá, porque eu estava criticando o Governo Negrão de Lima³⁶ no que eles estavam fazendo em matéria de educação e, principalmente, nas mudanças que eles estavam fazendo em setores fundamentais de liberdade. O Secretário da Educação do Governo Negrão de Lima me tirou do Instituto de Educação, onde eu tinha a minha cadeira, e me atirou às traças, lá no final de Jacarepaguá, pensando que eu não ia aceitar. Mas eu falei: “Tudo bem”. Chegava às sete e meia da manhã todos os dias, três vezes por semana. A gente paga muito caro por essas coisas. Porque a política no Brasil é uma coisa pesada.

PÓS-CONSTITUINTE

Durante a Constituinte, eu tive uma relação muito boa com vários grupos do Rio de Janeiro. Por exemplo, com o pessoal da OAB, com um pessoal mais moderno do próprio sistema judiciário daqui, com o *lobby* espontâneo dos grandes empresários do porto e dos grandes armadores. Depois da ANC, o trabalho em que eu mais me empenhei foi o da modernização dos portos: a lei é minha, briguei por ela durante três anos.

Trabalhei noutra lei muito interessante, que foi a lei que criou todo o sistema de abertura e proteção aos portadores de deficiência. É meu aquele artiguinho mandando dar um salário mínimo para os deficientes. As APAEs³⁷ do Brasil inteiro fecharam com a gente, assim como as Santas Casas de Misericórdia.³⁸

QUASE TUCANA

A certa altura da Constituinte, vieram em minha casa Franco Montoro, José Richa, Fernando Henrique Cardoso, Arthur da Távola e Candido Mendes. Disseram que queriam conversar muito comigo, porque iam fundar o PSBD. Fernando Henrique foi até muito amável — ele estava liderando tudo, ele e Franco Montoro — e me apresentaram o documento de fundação do partido. Já tinha uma assinatura e ele havia deixado a segunda linha para mim: “Quero que você assine aqui; depois é que os outros vão assinar”. Eu não tinha tido uma experiência muito boa com alguns deles no Rio de Janeiro. Falei: “Posso fazer uma pergunta antes, Fernando? Quem é que vai ficar com a organização do PSDB no Rio?”. Aí foi aquele silêncio. Montoro olhou, com aquele jeitão dele, e disse: “Será o Marcello Alencar”.³⁹ “Então eu não entro. E acho que vocês estão começando muito mal. É muito difícil chegar para conquistar pessoas lá no Rio de Janeiro nós com o trabalho que a gente tem que fazer e entregar essas pessoas depois dizendo: “Vocês agora vão ser comandados pelo Marcello Alencar”. O Fernando disse: “Mas eu até já o convidei”. Respondi: “Então tá bom, mas eu não assino”. Não assinei e não entrei para o PSBD. Estavam eles todos lá com o livro, era para fazer uma festinha. Richa ficou para o jantar, “Eu vou ficar pra jantar com a senhora”. Ficou e vi que também ele estava muito aborrecido: “Eu já disse para o Fernando: Marcello Alencar não pode entrar; o partido é para idealista feito nós, gente de mão limpa. Nós não podemos botar um sujeito daqueles”.

Bom, quando chegou a época do plebiscito sobre o sistema de governo, em 1993, Marcello Alencar foi o encarregado de fazer toda a parte de comunicação com o povo, de propaganda do que era o parlamentarismo. Eu não fui convidada nem para abrir o bico. E todo mundo estranhava: “Mas, Sandra: você sempre foi parlamentarista, você não vai esse programa?”. Alencar apareceu nos programas de televisão, com outras pessoas. A gente via que era malandragem mesmo, pura

malandragem. Por outro lado, quem ficou encarregado de dar as explicações nacionais foi a nossa anta lá, o Nelson Jobim.⁴⁰ O parlamentarismo teve muito pouca sorte na hora do plebiscito.

A entrevista com Sandra Cavalcanti ocorreu na tarde do dia 12 de maio de 2010, em sua residência, no Jardim Botânico (RJ). Participaram do encontro os pesquisadores Ademar Cruz e Antônio Sérgio Rocha.

NOTAS

¹ Uma das primeiras medidas políticas tomadas pelo Presidente Geisel, após a sua posse em 1974, foi encaminhar ao Congresso Nacional uma mensagem apresentando um projeto de lei que previa a fusão entre o Estado da Guanabara e o Estado do Rio de Janeiro. O projeto teve rápida tramitação e foi transformado na Lei Complementar n. 20. Em 15 de março de 1975, tomaram posse o governador nomeado Almirante Faria Lima e os deputados estaduais, que ainda tinham sido eleitos pelos dois antigos Estados, e passaram a formar a Assembleia Constituinte encarregada de elaborar a Constituição do novo Estado do Rio de Janeiro.

² Aliomar de Andrade Baleeiro, nascido em Salvador em 1905, foi um jornalista, advogado, professor, jurista e político, tendo sido deputado federal pela Bahia e pela Guanabara. Era membro proeminente da ‘banda de música’ da UDN, facção mais agressiva dessa agremiação e radicalmente antitetulista. Foi constituinte federal em 1946 e constituinte da Guanabara em 1960. Tributarista de muito prestígio, foi presidente do STF de 1971 a 1973. Faleceu em 1978.

³ A JEC — Juventude Estudantil Católica organizou-se, inicialmente, como um grupo basicamente feminino, existindo a partir de 1935. Num primeiro momento, sua atuação se restringiu às Associações Religiosas, tendo por finalidade a descoberta da Igreja pelos estudantes e a difusão do cristianismo dentro das escolas. A partir de 1947, a JEC ganha um novo rumo com a elaboração de experiências para serem aplicadas no Brasil por Vera Jaccoud e Jeannette Pucheu, que estiveram presentes na Sessão Internacional, promovida pelo Centro Internacional de Documentação e Informação, tomando então o Movimento dimensão nacional.

⁴ A Juventude Universitária Católica (JUC) foi uma associação civil católica reconhecida pela hierarquia eclesiástica em 1950 como setor especializado da Ação Católica Brasileira (ACB). Tinha como objetivo difundir os ensinamentos da Igreja no meio universitário.

⁵ Teologia da Libertação é um movimento que engloba várias correntes de pensamento que interpretam os ensinamentos de Jesus Cristo em termos de uma libertação de injustas condições econômicas, políticas ou sociais. Alguns a descrevem como marxismo e materialismo cristianizado. Tornou-se um movimento internacional e inter-denominacional, porque absorveu crenças das Religiões do Oriente, da Umbanda, do Espiritismo, do Islamismo e do xamanismo. Embora tenha se iniciado como um movimento dentro da Igreja Católica, na América Latina nos anos 1950-1960, o termo foi cunhado em 1971 pelo peruano Padre Gustavo Gutiérrez, que escreveu um dos livros mais famosos do movimento, *A Teologia da Libertação*.

⁶ Jarbas Gonçalves Passarinho nasceu em Xapuri, no Acre em 1920. Frequentou a Arma de Artilharia da Escola Militar do Realengo, Escola de Aperfeiçoamento e Escola de Comando e Estado Maior. Seus cargos públicos foram: Superintendente Adjunto da Petrobrás na Região Amazônica, Chefe do Estado-Maior do Comando Militar da Amazônia, Ministro do Trabalho e Previdência Social, Superintendente da Petrobrás na Região Amazônica, Ministro da Previdência e Assistência Social, Ministro de Estado da Justiça e Ministro da Educação e Cultura. Foi Governador do Pará (1964-1966) e senador por quatro vezes. Faleceu em 2016.

⁷ Darcy Ribeiro nasceu em Montes Claros em 1922. Mudou-se para o Rio de Janeiro com o objetivo de estudar medicina, ingressando na faculdade mas desistindo após três anos. Transferiu-se para São Paulo, para estudar Ciências Sociais na Escola de Sociologia e Política. Depois, em 1949, entrou para o Serviço de Proteção aos Índios, já com sua graduação concluída. Notabilizou-se fundamentalmente por

trabalhos desenvolvidos nas áreas de educação, sociologia e antropologia. Foi um dos principais responsáveis pela criação da Universidade de Brasília (UnB) e também foi o idealizador da Universidade Estadual do Norte Fluminense. Foi também Ministro da Educação e Ministro-Chefe da Casa Civil do presidente João Goulart. Teveo seus direitos políticos cassados pelo golpe militar. Após seu retorno do exílio dedicou-se a educação pública. Elegeu-se vice-governador e senador pelo Rio de Janeiro. Faleceu em 1997.

⁸ Virgílio de Moraes Fernandes Távora nasceu em Jaguaribe, em 1919. Foi político brasileiro. Era sobrinho do político e militar Juarez Távora. Faleceu em 1988.

⁹ Advogado, filósofo, diplomata e político brasileiro. Fundador e primeiro presidente do extinto Partido Liberal. Filiado pela UDN, ARENA, PDS e PL. Seus mandatos eletivos se restringiram a deputado estadual e federal.

¹⁰ Artur da Távola, pseudônimo de Paulo Alberto Monteiro de Barros, político, escritor, poeta e jornalista brasileiro. Iniciou sua vida política em 1960, no PTN, pelo Estado da Guanabara. Dois anos depois, ele se elegeu deputado constituinte pelo PTB. Cassado pela ditadura militar, viveu na Bolívia e no Chile entre 1964 e 1968. Tornou-se um dos fundadores do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) e líder da bancada tucana na ANC de 1987-1988, ano em que concorreu, sem sucesso, à prefeitura do Rio de Janeiro, sendo posteriormente presidente do PSDB entre 1995 e 1997. Exerceu mandatos de deputado federal de 1987 a 1995 e senador de 1995 até 2003. Faleceu em 2008.

¹¹ CNBB refere-se a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. Foi fundada em 14 de outubro de 1952, no Rio de Janeiro. A transferência da sede para Brasília aconteceu em 1977.

¹² Sociólogo e político brasileiro nascido na cidade de São Paulo, (SP), considerado o fundador da sociologia crítica no Brasil. Ligado aos movimentos sociais e reivindicatórios de políticas de esquerda. Preso político e afastado de suas atividades na USP através do AI-5. Foi deputado federal constituinte pelo Partido dos Trabalhadores, sendo reeleito em 1990. Faleceu em 1995.

¹³ Intelectual e ativista político brasileiro filiado ao Partido Socialismo e Liberdade (PSOL). Militou na Juventude Universitária Católica (JUC), da qual foi presidente e na Ação Popular, organização de esquerda surgida a partir dos movimentos leigos da Ação Católica Brasileira. Foi promotor público, deputado federal constituinte e atualmente presidente a Associação Brasileira de Reforma Agrária (ABRA), além de dirigir o seminário Correio da Cidadania.

¹⁴ Jurista e político mineiro. Um dos autores do “Manifesto dos Mineiros”, de 1943, que apressa a derrubada da ditadura Vargas. Eleito deputado federal pela União Democrática Nacional (UDN), em 1947, notabilizou-se pela chamada Lei Afonso Arinos, contra a discriminação racial. Senador eleito em 1958; Ministro das Relações Exteriores em 1961 e apoia o golpe militar em 1964. Eleito para senador constituinte em 1986 pelo estado do Rio de Janeiro e presidente da Comissão de Sistematização da Assembleia Nacional Constituinte. Faleceu em 1990.

¹⁵ Mário Covas Júnior foi engenheiro e político brasileiro. Iniciou sua vida pública em 1961, quando candidato derrotado à prefeitura de Santos, cidade natal. Elegeu-se para deputado federal pelo PST e com a dissolução dos partidos políticos em 1965, Covas seria um dos fundadores do MDB. Cassado em 1969 pelo AI-5. Foi eleito Governador, Senador, Prefeito, Deputado Federal. Faleceu em março de 2001.

¹⁶ Valdemar Costa Neto graduou-se em Administração pela Universidade Braz Cubas. Seguiu a carreira política ocupando cargos na prefeitura de Mogi das Cruzes. Foi filiado a ARENA, PDS, PL e PR. Acusado de estar envolvido no escândalo denominado "mensalão", renunciou em agosto de 2005.

¹⁷ “Buraco negro” foi uma expressão cunhada pela imprensa para caracterizar temas legislativos da Constituinte em que ocorriam impasses entre as diversas forças políticas da ANC, nenhuma delas com volume de votos para derrotar as demais.

¹⁸ Sebastião Machado Oliveira é mais conhecido como Sibá Machado. Nasceu no Piauí em 1958, é geógrafo e político brasileiro. Sua carreira política foi, em maioria, feita no Acre. Em 2010, Sibá Machado elegeu-se deputado federal como o mais votado de seu partido, o PT

¹⁹ Graduado em Engenharia Civil pela Faculdade Santa Úrsula e Faculdade de Engenharia Civil de Barra do Piraí do Rio de Janeiro (1984). Eleito Senador da República pelo Estado do Rio de Janeiro para o mandato de 2003 a 2011, pelo Partido Liberal (PL). Reeleito Senador da República pelo Estado do Rio de Janeiro para o mandato de 2011 a 2019, pelo Partido Republicano Brasileiro (PRB).

²⁰ Deputado, 6º mandato, contabilista, advogado e professor. Foi secretário municipal de Esportes e de Governo da cidade de São Paulo. Parlamentar independente, é um aliado fiel dos trabalhadores, Vice-líder do PTB.

²¹ José Richa, político brasileiro, formado em Odontologia pela Universidade Federal do Paraná. Em 1962, foi eleito deputado federal pelo Partido Democrata Cristão e filiou-se ao Movimento Democrático Brasileiro (MDB). Eleito senador da república e também governador do Paraná. Um dos fundadores do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB). Cumpriu mandato no Senado até 1995. Faleceu em 2003.

²² José Serra foi presidente da União Nacional dos Estudantes. Doutor em economia pela Universidade de Cornell e engenheiro pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo. Em 1986, elegeu-se deputado federal constituinte, tendo sido o relator da Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças. Em 1990 elegeu-se novamente deputado federal, tendo sido líder do PSDB na Câmara. Em 1995, foi eleito senador por São Paulo. Foi Ministro do Planejamento e Ministro da Saúde entre. Foi candidato a presidente da República em 2002, tendo perdido no segundo turno. Governador do Estado de São Paulo e candidato à Presidência em 2010.

²³ Roberto de Oliveira Campos, economista, diplomata e político brasileiro. Ocupou os cargos de deputado federal, senador e ministro do Planejamento de Castello Branco. Colaborador e executor do Plano de Metas do Governo JK, criador do BNDES e do Estatuto da Terra, inventor do plano de reestruturação econômica.

²⁴ Guilherme Afif Domingos é um administrador de empresas, empresário e político brasileiro filiado ao PSD. Foi vice-governador de São Paulo (2011-2014), na gestão Geraldo Alckmin.

²⁵ Marco Antônio de Oliveira Maciel é um advogado, professor e político brasileiro. Foi deputado, governador biônico de Pernambuco, senador e vice-presidente da República. Exerceu o cargo de senador de 2003 até 2011.

²⁶ Roberto Magalhães Melo, graduado em direito pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, doutorado em direito privado pela Universidade Federal de Pernambuco. Político brasileiro filiado ao

DEM, obteve quatro mandatos de deputado federal. Ele também foi governador do estado de Pernambuco de e prefeito da cidade do Recife.

²⁷ Jornalista, professora e política. Foi assessora de Ulisses Guimarães, presidente do então Movimento Democrático Brasileiro (MDB). Eleita deputada federal por três mandatos.

²⁸ Lúcia Vânia Abrão Costa é uma jornalista e política brasileira. Foi Primeira-dama de Goiás durante o governo de Irapuan Costa Júnior. Deputada federal por dois mandatos consecutivos. Filiada ao PSDB, foi Secretária Nacional de Assistência Social do Governo Fernando Henrique Cardoso quando em 1998 foi novamente eleita deputada federal. Também foi eleita senadora, tendo sido reeleita.

²⁹ Benedita Sousa da Silva Sampaio é uma política brasileira, e foi a 59ª Governadora do Rio de Janeiro. Foi eleita deputada federal, vice-governadora do Rio de Janeiro e secretária de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos, além de ter sido candidata do PT a prefeitura do Rio de Janeiro

³⁰ Nascida em Formiga (MG), foi líder estudantil no regime autoritário. Exilou-se em Cuba, na Argentina e em Portugal. Socióloga e advogada trabalhista do Sindicato dos Médicos do Estado, formada pela Universidade Federal do Ceará. Ligada, por laços de família, a alguns dos mais eminentes coronéis da política cearense, revelou-se excelente articuladora e é uma das responsáveis pela fundação do PSDB, de cuja direção nacional faz parte.

³¹ Yves Gandra da Silva Martins, advogado tributarista, professor e jurista brasileiro. Um dos primeiros brasileiros a ingressar no Opus Dei. Sendo seu principal supernumerário no Brasil, é considerado o seu porta-voz mais influente na política nacional. Membro da Academia Paulista de Letras, do Instituto dos Advogados de São Paulo, da Ordem dos Advogados, seção de São Paulo, conselheiro vitalício do São Paulo Futebol Clube e ex-presidente do Conselho Consultivo do São Paulo Futebol Clube

³² Manoel Gonçalves Ferreira filho, nascido em 1934 na cidade de São Paulo, é advogado e professor de Direito Constitucional (FDUSP). Membro do Conselho Federal de Educação, do Conselho de Orientação Jurídica da Federação e do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo e chefe do Departamento de Direito do Estado desta Faculdade.

³³ Miguel Reale foi um filósofo, jurista, formado pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, educador e poeta brasileiro e um dos líderes do integralismo no Brasil. Ex-Reitor da Universidade de São Paulo. Foi um dos ideólogos da Ação Integralista Brasileira. Foi nomeado pelo Presidente Artur da Costa e Silva para a “Comissão de Alto Nível”, incumbida de rever a Constituição de 1967. Co-fundador do Instituto de Filosofia Brasileira de Lisboa.

³⁴ Francisco Cavalcanti Pontes de Miranda foi um jurista, filósofo, matemático e escritor brasileiro. Foi desembargador do antigo Tribunal de Apelação do Distrito Federal e embaixador do Brasil na Colômbia. É considerado o parecerista mais citado na jurisprudência brasileira. Autor de influência alemã, introduziu novos métodos e concepções no Direito brasileiro, nos ramos da Teoria Geral do Direito, Filosofia do Direito, Direito Constitucional, Direito Internacional Privado, Direito Civil, Direito Comercial e Direito Processual Civil.

³⁵ Filinto Strubing Müller, militar e político brasileiro. Participou dos levantes tenentistas entre 1922 e 1924. Durante a ditadura Vargas, destacou-se por sua atuação como chefe da polícia política e por diversas vezes foi acusado de promover prisões arbitrárias e a tortura de prisioneiros. Ganhou

repercussão internacional o caso da prisão da judia alemã Olga Benário. Ocupou a liderança da Arena e do governo no Senado, bem como a presidência nacional do partido. Em 1973, assumiu a presidência do Senado. Morreu em 1973.

³⁶ Francisco Negrão de Lima, político brasileiro; governador do Estado da Guanabara; precipitou a edição do AI-2, que acabou com o pluripartidarismo no Brasil. Foi deputado constituinte por Minas Gerais, reelegendo-se como deputado federal. Em 1941, foi designado embaixador do Brasil na Venezuela. Foi ministro da Justiça do segundo governo de Getúlio Vargas. Nomeado prefeito do Distrito Federal e permanecendo na prefeitura até 1958.

³⁷ A Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) é uma associação em que, além de pais e amigos dos excepcionais, toda a comunidade se une para prevenir e tratar a deficiência e promover o bem estar e desenvolvimento da pessoa com deficiência.

³⁸ Irmandade que tem como missão o tratamento e sustento a enfermos e inválidos. Sua orientação remonta ao Compromisso da Misericórdia de Lisboa.

³⁹ Advogado, defendeu presos políticos durante o regime militar de 1964. Filiado ao MDB, foi suplente do senador Mário de Sousa Martins pelo extinto estado da Guanabara. Após a Lei da anistia e o fim do bipartidarismo no país, filiou-se ao PDT. Presidiu o extinto BANERJ no início do primeiro governo de Leonel Brizola que o nomeou para ocupar a chefia municipal. Em janeiro de 1986 passou o cargo para Saturnino Braga. Filiou-se ao PSDB e pela legenda tucana. Venceu o pleito estadual, deixando o governo em janeiro de 1999.

⁴⁰ Jurista e político brasileiro. Foi Ministro da Defesa do Brasil; Deputado Federal pelo Rio Grande do Sul por duas vezes; Ministro da Justiça do Brasil, Ministro e Presidente do Supremo Tribunal Federal. Filiado ao PMDB.